



## Anuário Antropológico

v.48 n.3 | 2023  
2023/v.48 n.3

---

Villalta, Carla; Martínez, María Josefina (Coord.).  
Estado, infancias y familias. *Estudios de antropología  
política y jurídica*. Buenos Aires: Editorial Teseopress,  
2022. 453 p.

**Fernanda Ribeiro**

---



### Edição eletrônica

URL: <http://journals.openedition.org/aa/11469>

DOI: 10.4000/aa.11469

ISSN: 2357-738X

### Editora

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UnB)

### Referência eletrônica

Fernanda Ribeiro, «VILLALTA, Carla; MARTÍNEZ, María Josefina (Coord.). *Estado, infancias y familias. Estudios de antropología política y jurídica*. Buenos Aires: Editorial Teseopress, 2022. 453 p.», *Anuário Antropológico* [Online], v.48 n.3 | 2023. URL: <http://journals.openedition.org/aa/11469>; DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.11469>

---



*Anuário Antropológico* is licensed under a Creative Commons. Atribuição-SemDerivações-SemDerivados  
CC BY-NC-ND

**Villalta, Carla, e Maria Josefina Martínez, Coords.  
2022. *Estado, infancias y familias. Estudios de  
antropología política y jurídica*. Buenos Aires:  
Editorial Teseopress. 453 p.**

DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.11469>

**Fernanda Bittencourt Ribeiro**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

ORCID: 0000-0003-2357-8625

[feribeiro2@gmail.com](mailto:feribeiro2@gmail.com)

Doutora em Antropologia Social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS, Paris). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs), Porto Alegre, Brasil.

Fernanda Bittencourt Ribeiro

O livro *Estado, infancias y familias. Estudios de antropología política y jurídica*, organizado por Carla Villalta e María Josefina Martínez, reúne pesquisas realizadas na última década, por pesquisadoras/es do grupo Burocracias, Derechos, Parentesco e Infância, do Programa de Antropologia Política e Jurídica do Instituto de Ciencias Antropológicas (ICA), Facultad de Filosofía y Letras, da Universidad de Buenos Aires (UBA).

Essa coletânea, situada no campo de estudos da antropologia política e jurídica, apresenta uma clara perspectiva a partir da qual as temáticas *Estado, infancias e familias* são abordadas em interseção. Isso é importante na medida em que cada uma dessas três palavras remete a vastos domínios de investigação científica, de ação política, de produção legislativa e de atuação profissional. Na história e na vida social, *Estado, infancias e familias* são palavras carregadas de experiências vividas e de sentidos que se transformam e coexistem, além de se prestarem a usos reificados nos quais Estado, infância e família (no singular) figuram como entes abstratos cujos significados seriam evidentes. No título da coletânea, a pluralização *infancias e familias* é uma primeira indicação de que, nesse livro, essas palavras abarcam diversidades. Na mesma direção, a apresentação da obra explicita que na abordagem adotada, também a palavra *estado* comporta pluralidade. Conforme as organizadoras, parte-se da premissa de que “el Estado no puede ser estudiado como un todo homogéneo con una intencionalidad única y lineal, ni como algo externo a la sociedad” e sim como um campo “comprendido como un espacio atravesado por distintas disputas y tramas sociales, en el que actúan diferentes tipos de agentes y en el que los sentidos atribuidos a lo público y lo privado ocupan un lugar central en la definición de sus límites y alcances” (p. 38).

Nas pesquisas reunidas nesse livro, os grandes temas anunciados no título – além de situados num campo de estudos disciplinar e teoricamente delimitado – são abordados a partir de escolhas metodológicas também muito precisas. A saber, a combinação entre a aproximação etnográfica das práticas de atuação estatal e o interesse pela dimensão sócio-histórica que joga luz sobre permanências e transformações nos modos como infancias e familias figuram e se (re)configuram como domínios de intervenção. Ainda que este não seja um propósito do livro, olhados no seu conjunto, os trabalhos nele apresentados podem ser vistos como partes de uma etnografia multissituada (Marcus 1995) do Estado em suas interseções com infancias e familias. Além de dados etnográficos produzidos a partir de observação participante realizada em diferentes locais, também leis, documentos e discursos científicos são fontes de pesquisa ricamente exploradas. A obra é composta de um texto introdutório de autoria das organizadoras, seguido de onze capítulos divididos em três partes: 1) Parentesco, ativismo e infância; 2) Classificações, saberes e técnicas de governo; 3) Práticas judiciais, burocracias e direitos.

A primeira parte corresponde a uma abordagem sócio-histórica dos sentidos da adoção, dos vínculos de parentesco e das relações familiares. Os textos de Carla Villalta, Soledad Rojas Novoa, Sabina Regueiro e Soledad Gesteira restituem processos abertos e dinâmicos que envolvem redefinições de sentido do parentesco, ativismos individuais e coletivos captados pelo estudo minucioso de produções

Fernanda Bittencourt Ribeiro

legislativas, documentos e depoimentos reunidos através do trabalho de campo. As análises de mudanças legais, da difusão de preceitos sobre a vida familiar e do ativismo em nome do direito às origens indicam que os processos históricos e jurídicos que produzem sentidos e experiências de parentesco e família, produzem também o próprio Estado e a sociedade civil.

A segunda parte – Classificações, saberes e técnicas de governo – interroga as práticas rotineiras que conformam o que se denomina como “trabalho com famílias”, bem como as pré-noções acerca da infância pobre e seus familiares. Os textos de Julieta Grinberg, Julián Ignacio Pérez Álvarez, Mara Tissera Luna e Florencia Paz Landeira nos conduzem da minúcia e meandros do cotidiano, até as produções discursivas das ciências neuro e psi e as campanhas de sensibilização e construção de agendas políticas de redes internacionais de ONGs e agências da ONU que atuam em nome do bem-estar infantil. Ao explorarem os discursos que perfazem as práticas de intervenção sobre famílias e infâncias, estas pesquisas demonstram suas diferentes fontes de legitimidade – estatal, científica ou a própria “causa da infância”.

Na terceira parte – Práticas judiciais, burocracias e direitos – passamos ao campo da administração judicial de disputas de guarda e referente a atos infra-acionais cometidos por adolescentes. Os capítulos de autoria de María Florencia Graziano, Cecilia Fernández Tuñón e Marlene Denise Russo, situados em instituições judiciais e em suas rotinas, nos inserem em interações e interlocuções entre autoridades judiciais, profissionais, jovens e seus familiares. Nessas etnografias, a observação das interações e interlocuções coloca em evidência os sistemas classificatórios que as mediam e as diversas perspectivas em disputa quando se trata de cuidar, educar e garantir direitos. As classificações que distinguem os envolvidos em conflitos, também orientam a atuação judiciária que ao ditar comportamentos adequados exerce seu poder moral sobre famílias e adolescentes.

O tensionamento da dicotomia público-privado frequentemente reificada no âmbito das próprias ciências humanas e sociais é transversal aos capítulos e mostra-se analiticamente produtivo. Entendendo essa dicotomia como uma ficção organizativa, as pesquisas apresentadas contribuem para pensar os domínios do público e do privado como mutuamente constitutivos e caracterizados mais pela indefinição de suas fronteiras do que por uma delimitação estanque. A dicotomia global-local é outra que, submetida à etnografia, adquire um caráter dinâmico e aberto a múltiplas configurações. Ao colocar em questão essas dicotomias, o livro cumpre muito bem com o seu propósito de, através das rotações de perspectiva possibilitadas pela etnografia, tornar inviável que a intervenção estatal sobre infâncias e famílias seja vista como obra de organismos monolíticos e homogêneos que atuariam sobre sujeitos passivos.

Direitos, historicidade e politicidade são outras três palavras que atravessam os capítulos e são colocadas em comunicação por meio da etnografia. Em termos de direitos, interroga-se como, na Argentina, o ativismo por direitos humanos marcou o campo de intervenção sobre infâncias e famílias, como incidiu sobre concepções de proteção e de bem-estar infantil, como está relacionado à

Fernanda Bittencourt Ribeiro

emergência de saberes e de especialistas. Em suma, como a linguagem dos direitos está presente nas políticas, produzindo categorias de classificação e matrizes de inteligibilidade das problemáticas relativas a infâncias e famílias.

Como atesta a vasta bibliografia mobilizada nos capítulos, trata-se de uma produção em estreito e atualizado diálogo internacional, do qual a antropologia brasileira participa através de diversos centros de pesquisa, em interlocução com pesquisadoras e pesquisadores do grupo Burocracias, Derechos, Parentesco e Infancia. Uma diferença entre a constituição desses campos de estudos na Argentina e no Brasil, e que poderia ser explorada de modo comparativo, diz respeito ao lugar da memória, das lutas em torno do parentesco e da denúncia de práticas do período da ditadura militar na constituição do campo de estudos antropológicos voltados à infância e família na Argentina, e a conexão que nele se estabelece entre direitos, política e história.

Cabe destacar que o modo como os direitos humanos figuram nessa obra está muito distante do paradigma legalista ocupado de avaliar a efetivação de direitos. Em que pesem as definições formais sobre direitos humanos, eles são, nas pesquisas apresentadas, tomados como uma noção plástica, como um termo em disputa. Um termo, portanto, político, sujeito à atuação de instituições e de agentes que o mobilizam em múltiplas direções. Os discursos e as práticas que visam promover direitos figuram no livro como produtos culturais, como algo que se faz e se desfaz pela agência de atores diversos, inclusive os destinatários da atuação estatal, as crianças, os adolescentes e seus familiares.

Assim, os direitos, as denúncias de violação ou as ações que visam promovê-los, estão tramados com o vocabulário do parentesco, com discursos sobre a família, com valores morais e emoções. Mediante a leitura dos trabalhos reunidos nessa coletânea, vemos se desenhar um modelo de moralidade familiar que, nas intervenções estatais, opera como uma representação eficaz do que seja o normal, o natural, o desejável. As políticas dos direitos humanos que se vislumbram nas páginas desse livro estão misturadas com valores que não têm uma validade a-histórica, mas que se inscrevem em temporalidades bem determinadas, nas quais a noção de direitos é acionada e produzida.

No movimento que consiste em transitar entre a noção genérica de direitos humanos e a minúcia das relações cotidianas nas quais ela opera, dos textos e documentos que nela se apoiam, as etnografias apresentadas nessa coletânea almejam “ensanchar las posibilidades de producir e imaginar formas de efectivizar los derechos de niños, niñas, adolescentes y familias” (p. 46). Nessa perspectiva, entendo que a antropologia apresentada nos convida a vislumbrar a efetivação de direitos como um fazer coletivo, no qual crianças e adolescentes figurem não de forma abstrata e individualizada, mas com suas famílias e histórias.

Recebida em 01/10/2023.

Aprovada para publicação em 07/10/2023 pelo editor Luis Cayón (<https://orcid.org/0000-0001-6282-8282>).

Fernanda Bittencourt Ribeiro

## Referência

Marcus, George. 1995. "Ethnography in/of the world system: The emergence of multi-sited ethnography". *Annual Review of Anthropology* 24: 95-117.